

ECONOMIA

economia@correiodoestado.com.br

ICMS DO BOI

MS sai na frente e começa guerra fiscal entre estados

Estado foi o primeiro a baixar tributação do gado em pé

DANIELLA ARRUDA
COM AGÊNCIAS

Editada há pouco mais de 10 dias com a meta de destravar os abates de gado bovino e dar alívio ao pecuarista sul-mato-grossense, sufocado pela crise da gigante JBS, a medida do governo do Estado que reduz temporariamente de 12% para 7% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas operações interestaduais de gado começa a movimentar o mercado. A busca por sobrevivência no acirrado mercado da carne já impactou também Estados vizinhos, trazendo de volta uma velha conhecida: a guerra fiscal.

Em situação semelhante à de Mato Grosso do Sul (onde a JBS responde por 45% dos abates no Estado), o governo de Mato Grosso anunciou reduzir a alíquota de seu ICMS sobre o gado em pé dos atuais 7% para 4% neste mês, atendendo a pedido de produtores do Estado, que hoje têm 50% de sua capacidade de abate vinculada à JBS. O projeto de lei ainda está em fase de elaboração no Estado vizinho. Já em Goiás, onde o grupo empresarial responde por 40% dos abates, tramita desde o fim de junho na Assembleia Legislativa projeto de lei do Executivo que permite reduzir o ICMS do boi de 12% para 7%.

Em Minas Gerais, onde o ICMS está em 12%, as articu-

lações geraram reação contrária: a Federação de Agricultura e Pecuária do Estado (Faemg) entregou ao governo mineiro no fim de junho um documento pedindo o estabelecimento de barreiras para evitar a entrada de gado em pé, com incentivos concedidos pelo ICMS sem autorização do Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), para ser abatido no Estado. Isso porque devido à crise vivenciada no setor da pecuária do corte, os preços do boi gordo naquele Estado estão em queda. Em junho, a média do preço da arroba do boi gordo em Minas Gerais girou em torno de R\$ 125, uma retração de 8,8% frente a maio.

MURO

Segundo o analista-chefe e estrategista de mercado da pecuária de corte da Rural Business, Júlio Brissac, Mato Grosso do Sul é um Estado que sempre teve intervenção de compra de frigoríficos de outros Estados vizinhos e a partir da política da JBS, isso foi dificultado; "o grupo erguia um muro de patamares de preços". "Muitas pessoas estão falando em guerra fiscal; essa guerra fiscal vai começar, com certeza, porque os Estados precisam arrecadar e outras fontes secaram; mas ela ainda não foi iniciada, porque com a alíquota caindo de 12% para 7%, temos Estados, como Mato Grosso, em que o percentual cairá para 4%. Essa é

70%

DE ALÍQUOTA
Esta foi a redução dada pelo Estado no ICMS do gado em pé

uma tendência natural, que a alíquota tenda a cair nos Estados que têm na pecuária o seu forte", avalia.

Ele destaca ainda que medidas com alíquotas (de ICMS) abaixo de 12% precisam ser aprovadas pelo Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), portanto "os Estados tendem a se movimentar". A próxima reunião do Confaz está agen-



VALDENIR REZENDE

SUFOCO. Responsável por 45% dos abates, crise da JBS fez com que gado permanecesse no pasto

dada para o dia 14 deste mês.

GUERRILHA

De acordo com o consultor de mercado Aldo Barrigosse, em meio à crise da JBS, os governos estaduais "estão buscando maneiras de ajudar quem produz" e no caso de Mato Grosso do Sul, o decreto estadual, além de propiciar garantia de arrecadação, pode ser encarado também como uma medida protetiva, para os produtores sul-mato-grossenses

poderem vender para outros mercados que não têm gado disponível para abate.

Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, por exemplo, são os grandes Estados produtores, têm mais gado disponível para abate que outras unidades da federação, como São Paulo, que tem um mercado consumidor muito maior, porém não dispõe de produção suficiente. "Os outros Estados têm que fazer a quantidade de abates deles aumentarem

e para isso também vão tomar medidas que incentivem o setor. Isso pode ser concorrência para Mato Grosso do Sul, no sentido de fazer com que pecuaristas de outros Estados venham abater aqui, mas avalio a possibilidade como pequena. Trata-se de movimento de mercado, é estratégia de sobrevivência, 'guerrilha', no bom sentido. Os governos estão buscando saídas", avalia.

Impactos da medida dividem opiniões

Mesmo considerado benéfico, o real impacto que o decreto estadual de ICMS reduzido deve trazer à cadeia da carne sul-mato-grossense divide opiniões dos analistas ouvidos pelo **Correio do Estado**. "A JBS tem uma concentração de mercado estimada em 40% a 50% considerando todo o País. Então o decreto é uma estratégia para quem já tem boi pronto no pasto para vender e quer uma liquidez, o que é importante para o mercado de forma geral. A economia não está forte, mas o governo do

Estado implantou uma medida que tende a ajudar quem está nessas condições. Porém há custos operacionais, entre eles o frete, que vão ser embutidos na rentabilidade", alerta o consultor de mercado Aldo Barrigosse.

Por outro lado, toda a crise de concentração dos abates em torno da JBS pode abrir espaço para os frigoríficos de médio porte, também habilitados para exportação. "Pode ser uma grande oportunidade para o pecuarista vender o seu boi, e para esses frigoríficos, de abrir mercado, crescer

em quantidade de abates e conquistar novos consumidores", pontuou.

Para o analista da Rural Business Júlio Brissac, há um entendimento de que reduzir a alíquota de ICMS do boi em pé para 7% em Mato Grosso do Sul é pouco. Outro questionamento é quanto ao prazo (90 dias), considerado curto para produzir melhoras, principalmente por causa da entrada na entressafra. "É preciso baixar mais ainda a alíquota, pois o que determina investimento em pecuária é a lucratividade. Uma alíquo-

ta eficiente, de forma a dar competitividade ao setor, seria 2,5%. Estamos apenas no começo de um processo, que não vai se resolver em 90 dias, porque é agora que vai haver uma entressafra de captação de gado. Portanto, vai faltar gado para as atuais necessidades do mercado interno e externo do País", destaca, e conclui: "ou se melhora a margem de lucro da atividade, ou a pecuária de corte de Mato Grosso do Sul e do País vai continuar enxugando seus estoques". (DA)

JBS

Cade libera venda das empresas

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) autorizou a venda sem restrições das empresas JBS Argentina S.A., JBS Paraguay S.A., Indústria Paraguaya Frigorífica S.A. e Frigorífico Canelones S.A, todas do grupo J&F, para empresas do grupo Minerva. De acordo com o parecer, a Pul Argentina passará a deter todo o capital social da JBS Argentina. Já o controle da JBS Paraguay passa para a Frigomerc. No Uruguai, o Frigorífico Canelones sai do grupo da JBS e vai para a Pulsa, que também faz parte do grupo Minerva.

FÉRIAS COLETIVAS

Frigorífico de Ponta Porã é reativado depois de 30 dias

RENATA PRANDINI

A JBS retomou as operações de abate na planta de Ponta Porã. As atividades estavam suspensas desde o dia 5 de junho, quando a companhia anunciou férias coletivas de 31 dias para todo o quadro de funcionários.

A assessoria da empresa confirmou o retorno das atividades na quarta-feira passada (5). Conforme o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Alimentação e Afins de Campo Grande, Rinaldo de Souza Salomão, mesmo com o retorno, o receio por parte dos funcionários continua. "A unidade de Ponta Porã está operando e os funcionários voltaram das férias coletivas. Mas eles estão com medo.

Existente um receio de demissões por conta de toda essa situação".

O sindicalista explica que essa preocupação se deve ao momento do grupo - pivô de um dos piores escândalos de corrupção do País - e a política da venda a prazo.

"Não há nada confirmado pela empresa. Pelo contrário, as demissões que foram registradas até o momento foram poucas e dentro do normal para esta época do ano, período de entressafra do gado. Mas a gente fica apreensivo com tudo que está acontecendo. Com os pecuaristas vendendo só à vista, se reduzem os abates na JBS [que implantou política de compra a prazo]. Além disso, estamos próximos do período de entressafra. A gente espera

que nada de ruim aconteça", completou Salomão.

Em nota, a JBS descartou a demissão de funcionários. "A JBS afirma que não houve cortes no quadro de colaboradores das unidades de Mato Grosso do Sul e que a rotatividade de pessoas permanece em linha com o volume habitual. A companhia informa ainda que as suas operações continuam em ritmo normal, dentro do plano de negócios".

A JBS é responsável, hoje, por uma média de 40% dos abates realizados em todo o Estado. São sete plantas em operação. Antes da unidade de Ponta Porã, as plantas de Nova Andradina, Anastácio e Naviraí haviam suspenso, em abril, suas atividades.

INDICADORES

COTAÇÕES E ÍNDICES Fechamento: 10 de julho de 2017

↓ EURO
R\$3,7214

↑ BOVESPA
63.025
1,13%

AGROPECUÁRIO

Fechamento: 10 de julho de 2017

Grãos	Compra	Venda
Milho (60 kg)	6,00	16,00
Soja (60 kg)	56,00	60,00
Algodão (arroba)	34,00	34,00

Bovinos	Mínimo	Máximo
Arroba à vista		
Boi Gordo	s/inf	s/inf
Boi Gordo Rastreado	122,00	122,00
Vaca Gorda	s/inf	s/inf
Vaca Gorda Rastreada	112,00	112,00

INSS

Contribuição à Previdência Social Janeiro/2017

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, para pagamento de remuneração a partir de 1º de Fevereiro de 2017.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
Até 1.659,38	8
De 1.659,39 até 2.765,66	9
De 2.765,67 até 5.531,31	11

Portaria interministerial MPS/MF nº 8, de 13 de janeiro de 2017.

Tabela de contribuição dos segurados contribuintes individuais e facultativo.

SALÁRIO DE CONTRIBUIÇÃO (R\$)	ALÍQUOTA PARA FINS DE RECOLHIMENTO AO INSS (%)
937,00	5*
937,00	11**
937,00 até 5.531,31	20

* Alíquota exclusiva do microempendedor individual e do segurado (o) facultativo ou que se dedique exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência - Lei 12.470, de 31 de agosto de 2011 - DOU de 01/09/2011
** Plano Simplificado - Lei complementar 123, de 14/12/2006.

POUPANÇA

ANTIGA POUPANÇA	NOVA POUPANÇA
(Dep. feitos até 03/05/2012)	(Dep. feitos a partir de 04/05/12)
11/7 = 0,51977	11/7 = 0,51977

SALÁRIO MÍNIMO

Janeiro/2017 R\$ 937

UNIDADES FISCAIS

Em R\$	
UFERSMS (julho/agosto)	24,23
UAM/MS (julho)	3,5134
UFIR (Out 00)	1,0641

INFLAÇÃO

Fonte: FOLHA

Em % ao mês: IGP2, IGP1, IPA1, IPC1, respectivamente

ÍNDICES	FEV	MAR	ABR	MAI	12M.
IPC do BGE (%)	0,33	0,25	0,14	0,31	9,32
INPC (BGE) (%)	0,24	0,32	0,08	0,30	9,82
IGP-MFGV (%)	0,08	0,01	-1,10	-0,93	3,3678
IGP-DIFGV (%)	0,06	-0,38	-1,24	-0,51	11,26
IPC/FIPC (%)	-0,08	0,14	0,61	-0,05	9,98
IPC (C.GDE) (%)	0,27	-0,32	0,31	0,10	3,78

ALUGUEL

Reajustes de aluguel e outros contratos

Acumulado % até julho(*)	até agosto(*)
Índices Trim. Quad. Sem. Anual	Trim. Quad. Sem. Anual
IPFE	0,45 0,99 2,27 5,38 0,54 0,79 2,08 5,49
IGP-DI	-1,63 -1,19 1,13 5,05 -1,12 -1,57 0,34 4,63
IGP-M	-1,48 -0,70 1,34 5,32 -1,61 -1,74 0,68 4,68
INPC	0,99 1,78 3,27 6,33 0,57 1,17 2,80 6,35

*Acumulado até julho reajusta aluguéis e contratos a partir de agosto, para pagamento em setembro; acumulado até agosto reajusta a partir de setembro, para pagamento em outubro.

MISSA DE 1º ANO

Magno Martins Coelho

* 04/08/1924 † 11/07/2016

Esposa, filhos, genros, noras, netos e bisnetos convidam parentes e amigos para a missa de 1º ano de falecimento, que será celebrada dia 11/07/2017 (hoje), às 19 horas, na Paróquia São José (Rua Pedro Celestino, 1.446 - Centro).

Aos que comparecerem, a família desde já agradece.

MISSA DE 2º ANO DE FALECIMENTO

DR. JOÃO BATISTA DE ALMEIDA

* 20/01/1943 † 16/07/2015

A família convida parentes e amigos para a missa de 2º ano de falecimento, que será celebrada dia 14/07/2017 (sexta-feira), às 19 horas, na Paróquia São José (Rua Pedro Celestino, 1.446 - Centro).

Aos que comparecerem, a família desde já agradece.